

FICHA TÉCNICA

facebook.com/manuscritoeditora

© 2018

Direitos reservados para Letras & Diálogos,
uma empresa Editorial Presença,
Estrada das Palmeiras, 59
Queluz de Baixo
2730-132 Barcarena

Título original: *Traições, Poder e Bastardos Reais*

Autor: *Ana Cristina Pereira e Joana Pinheiro de Almeida*

Copyright © Ana Cristina Pereira & Joana Pinheiro de Almeida, 2018

Copyright © Letras & Diálogos, 2018

Revisão: *António Brás / Editorial Presença*

Imagem da capa: © *Robin Macmillan / Trevillion Images*

Capa: *Catarina Sequeira Gaciras / Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

ISBN: 978-989-8871-67-1

Depósito legal n.º 447 956 / 18

1.ª edição, Lisboa, Novembro, 2018

As autoras escrevem segundo a antiga ortografia.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
I — Poder pelo sangue!	19
1. Bastardos fundadores: conflitos e exílios	21
<i>As primeiras lutas: os filhos de D. Afonso Henriques</i>	21
<i>De Martinho a D. Sancho: um percurso conturbado</i>	23
<i>Fernando Afonso: o poderoso bastardo</i>	23
<i>A afirmação de um príncipe</i>	24
<i>A incessante busca de poder</i>	25
<i>Cumplicidades entre D. Sancho I e D. Pedro Afonso</i>	26
1.1 Os filhos de D. Sancho: conspirações reais	26
<i>Um rei isolado: D. Afonso II</i>	27
<i>Martim Sanches, o valente bastardo</i>	28
1.2 Um bastardo entre dois reis	30
<i>Uma rainha indesejada</i>	30
<i>D. Rodrigo Sanches, o apoio bastardo a um rei longínquo</i>	31
1.3 A bastardia como argumento político: D. Dinis e D. Afonso	32
<i>Um rei polígamo: as duas mulheres e as amantes</i>	32
<i>Os primeiros conflitos: o exílio da rainha-mãe</i>	33
<i>Um rei bastardo versus um infante legítimo?</i>	34

1.4	Oposições e conspirações: os irmãos de D. Afonso IV	35
	<i>Afonso Sanches, o todo-poderoso bastardo</i>	35
	<i>Príncipe contra rei... ou o ciúme do bastardo</i>	36
	<i>A vingança de um príncipe no poder de um rei</i>	37
	<i>Os frutos da Linda Inês</i>	38
2.	D. João I: o bastardo que se tornou rei de Portugal	42
	<i>Dos primeiros tempos</i>	42
	<i>Oráculos e profecias</i>	43
	<i>Da sucessão à coroa</i>	44
	<i>Tensões na corte de D. Fernando</i>	46
	<i>O caminho para o trono</i>	47
	<i>De bastardo a rei de Portugal: o caminho legitimado</i>	49
	<i>As Cortes de Coimbra</i>	51
3.	Na sombra do sucessor. D. Jorge de Lencastre, o bastardo do rei <i>Perfeito</i>	54
	<i>«Coisas de amores»</i>	55
	<i>Uma beleza singular</i>	56
	<i>A legitimação do bastardo</i>	58
	<i>Um bastardo no trono, não!</i>	60
	<i>O fim de um projecto e o início de um novo rumo</i>	63
4.	A luta incessante pelo direito à sucessão: D. António, prior do Crato	65
	<i>Crescer na sombra da ilegitimidade</i>	65
	<i>A crise sucessória de 1578-1580</i>	67
	<i>D. António, a mácula da bastardia</i>	68
	<i>A pretensão ao trono de Portugal</i>	72
	<i>A Batalha de Alcântara e o fim da pretensão do bastardo</i>	73
5.	Magnânimos bastardos: os <i>Meninos de Palhavã</i>	76
	<i>Os primeiros anos</i>	78
	<i>A inabalável vontade de uma rainha: «repugnância e desprazer»</i>	78
	<i>Um reconhecimento secreto</i>	79
	<i>Morreu o rei! Vivam os infantes!</i>	80

<i>Jogo de risco: a caminho do trono? Os Meninos de Palhavã: a entrada na corte</i>	82
<i>O estatuto: a outra vida dos Meninos</i>	82
<i>Um noivo para uma rainha: escolhas e espinhos</i>	83
<i>Infante D. Pedro: um noivo impotente?</i>	84
<i>D. António, um príncipe para uma rainha</i>	87
<i>A escolha de Sebastião José: o futuro D. Pedro III</i>	88
<i>O ano de 1760: oposições, conspirações e exílio</i>	89
<i>«e haja de sair via recta destes Reinos»</i>	89
<i>Um livro proibido</i>	90
<i>O castigo exemplar: o exílio</i>	92
<i>O desterro</i>	94
<i>A reabilitação tardia: a velhice em Palhavã</i>	94
<i>Do Buçaco a Lisboa, um longo caminho</i>	95
<i>Um palácio de príncipes esquecidos</i>	96
<i>A eterna fraternidade</i>	98
II — Honra e estatuto: O Poder das Bastardas	101
6. Poder feminino na afirmação da monarquia	103
6.1 As fundadoras	103
6.2 D. Beatriz, a quase rainha	105
6.3 A caminho da modernidade	106
7. Dos conturbados tempos da pós-Restauração: D. Luísa de Bragança (1679-1732)	109
<i>O duque de Cadaval</i>	110
<i>D. Luísa, a filha legitimada de D. Pedro II</i>	111
<i>Duquesa de Cadaval</i>	112
<i>Das relações familiares</i>	113
<i>Duquesa de Cadaval duas vezes</i>	114
8. Muros de ouro: os conventos das bastardas	118
8.1 Traições terrenas, amor celestial	119
<i>Quando o amor pode mais...</i>	119
<i>Prazeres dentro de muros sagrados</i>	120

«que as meta Freiras ainda que elas não queiram»	120
<i>Nobres conventos, poderosos senhores</i>	121
<i>Por terras estremenhas: Santa Maria de Guadalupe</i>	122
8.2 Frutos do pecado: os conventos das bastardas	123
<i>Sexo e oração: o Mosteiro de Odivelas</i>	124
<i>A oração na remissão dos pecados: o Mosteiro de Santos</i>	125
9. Nem monja nem noiva: Maria de Bragança (1644-1656)	126
9.1 O caminho da legitimação ou o gradual nascimento de uma infanta	126
<i>Traições Reais ou fortuitos amores?</i>	126
<i>De bastarda clandestina a infanta de Portugal</i>	127
<i>Herdeira do trono?</i>	129
9.2 Amores encontrados, desamores forçados	129
<i>O candidato a noivo</i>	129
<i>Parecer do povo: case-se a infanta!</i>	131
<i>Intrigas de corte</i>	132
9.3 O Convento de Santa Teresa de Jesus	133
<i>A infanta padroeira</i>	135
<i>Na demanda de relíquias</i>	135
<i>Sede de intrigas?</i>	136
9.4 A irmã de três reis: relações familiares	137
<i>Esboços de um personagem</i>	141
III — Oração e conspiração: os arcebispos de Braga	143
10. A estrela efémera: D. Duarte de Portugal (1523-1543)	147
10.1 A noiva que se tornou madrasta: D. Leonor de Áustria	147
<i>Duas princesas para dois príncipes</i>	148
<i>Uma missão secreta: uma princesa para rainha</i>	149
<i>Uma entrada régia: enganos e traições</i>	150

<i>A jovem viúva</i>	151
<i>Sinuosos caminhos: de Portugal a França</i>	152
10.2. De Manuel a Duarte: primeiros passos de um bastardo	152
«Aquela pessoa»: <i>senhor D. Duarte, o bastardo erudito</i>	153
10.3 O arcebispo de Braga	154
11. O magnânimo irmão: D. José de Bragança (1703-1756)	156
<i>Do nascimento ao reconhecimento (1703-1714)</i>	156
<i>Dois príncipes num cortejo real</i>	157
<i>Évora: os primeiros anos (1715-1739)</i>	159
<i>Braga: a corte de um príncipe (1741-1756)</i>	160
<i>A guerra: excomunhões, sequestros e prisões</i>	161
<i>O caridoso: as esmolas e a protecção dos pobres</i>	164
<i>A nova cidade: «galhardia e formuzura»</i>	165
<i>Conflitos além-morte</i>	166
<i>Traços de um ser</i>	167
12. O príncipe de Braga: D. Gaspar de Bragança (1716-1789)	169
<i>De Menino a arcebispo</i>	170
<i>A sacração</i>	171
<i>Uma longa viagem</i>	172
<i>Conspirações, suspeições e espinhos</i>	172
<i>Equilíbrio periclitante</i>	173
<i>O príncipe de Braga, cumpram-se os regulamentos!</i>	174
<i>A nova urbe</i>	175
<i>A corte do príncipe</i>	175
<i>O espectáculo da morte</i>	177
<i>Um mausoléu para um príncipe</i>	178
<i>O fim do principado</i>	179
NOTAS	181
FONTES E BIBLIOGRAFIA	193

I

PODER PELO SANGUE!

A política faz-se de confrontos e oposições, bem como de equilíbrios e entendimentos. Nas cortes medievais e modernas, sobre as quais nos debruçamos, o poder era tomado pela luta, o estatuto mantido ou conquistado pelo conflito.

Olhando para o caso português, não foi o reino nascido da clara oposição e da luta militar entre D. Afonso Henriques e sua mãe — e tudo o que ela representava? As lutas primordiais dos arcebispados de Braga e Santiago de Compostela, as lutas entre cristãos e mouros que perfizeram, grosso modo, o território que hoje define Portugal, o sangue espalhado em terras de aquém e de além-mar...

Motivados pelo sangue real que circulava nas suas veias, tentando obter mais poder ou estatuto, infantes lutaram e conspiraram contra os seus pais ou irmãos. Conflitos abertos, exílios, prisões e conspirações. Guerras entre facções da corte, travadas entre infantes de Portugal — legítimos ou legitimados — que conduziram ao exílio os derrotados e ao poder e fortuna os vitoriosos, mas que também assistiram a periclitantes equilíbrios. Veremos, nas próximas páginas, a mais negra das faces das relações entre irmãos legítimos e bastardos.

1. Bastardos fundadores: conflitos e exílios

A par do que acontecia noutras cortes europeias, desde cedo a monarquia portuguesa se deparou com a criação de verdadeiras facções dentro da corte. Era recém-nascida, a monarquia lusa, no entanto as lutas de poder por aqueles que partilhavam o mesmo sangue eram já história antiga nos reinos da Península Ibérica — irmãos desavindos, filhos que se revoltavam contra os pais, nenhum dos cenários era novidade.

As primeiras lutas: os filhos de D. Afonso Henriques

Em 1146, Portugal assistiu ao primeiro casamento da monarquia lusa: Afonso Henriques, ainda não reconhecido como rei pelo papa, uniu o seu destino ao de D. Mafalda, filha de Amadeu III de Maurienne e de Sabóia e sobrinha de um dos reis mais poderosos da cristandade, o que decerto aceleraria o processo de reconhecimento da dignidade régia.

O percurso de D. Afonso Henriques não fora pacífico. Aos 37 anos, a fama de rei guerreiro era uma realidade. Aclamado rei na Batalha de Ourique, confirmando a autoridade que já vinha assumindo desde o cerco de Guimarães, em 1127, viu essa mesma autoridade consagrada um ano mais tarde ao sair vencedor no confronto contra a sua mãe, D. Teresa, na Batalha de São Mamede. A História de Portugal começou, assim, com o conflito que opôs mãe e filho. Um conflito que foi, contudo, mais do que uma disputa familiar. Ao lado de D. Afonso Henriques alinharam os barões e condes do Condado Portucalense contra os galegos, os Peres de Trava, que D. Teresa associara ao governo.

Vitoriosa a facção de D. Afonso Henriques, urgia, agora, um matrimónio e descendência legítima que assegurasse a sucessão do reino, ainda tão instável e apetecido pelos vizinhos ibéricos. A noiva escolhida aliava à sua importante e influente ascendência a juventude. Com 20 anos, esperava-se da nova rainha o pleno cumprimento da sua missão: garantir a sucessão do reino; e assim foi... Deste casamento nasceriam Henrique, Urraca, Teresa, Mafalda e Martinho, mais tarde, renomeado Sancho.

Aos 37 anos, D. Afonso Henriques levava já longa vida, de guerras e batalhas, de separações e de encontros. Embora a documentação medieval seja parca nas informações sobre a vida sexual dos monarcas — absolutamente irrelevante para a cronística — registaram-se, no entanto, os filhos bastardos nascidos destas relações ilegítimas.

A ligação de D. Afonso Henriques a D. Châmoa Gomes foi de tal forma intensa e prolongada no tempo que muitos lhe atribuíram o estatuto de casamento — na aceção de casamento medieval, que se fazia por palavras de presente dos noivos, sem que existisse um documento formal.

Era D. Châmoa Gomes uma dama da corte portuguesa, descendente de familiares que desde cedo se encontraram ligados à família real — pelo lado da mãe, era sobrinha de Fernão Peres de Trava, o tão conhecido galego do qual a rainha D. Teresa fora tão próxima... Era senhora já casada com Paio Soares da Maia, de quem tivera três filhos, quando a relação com D. Afonso Henriques começou.

O seu filho mais velho, Pedro Pais, foi alferes-mor do primeiro rei de Portugal, entre 1147 e 1169. De datas concretas, pouco se sabe, mas certamente a proximidade do rei a D. Châmoa terá ditado a escolha do filho desta para um cargo relevante. Da relação de Châmoa e Afonso nasceu um filho bastardo, provavelmente em 1140: Fernando Afonso. Um bastardo que ocupou um lugar de relevo na corte do pai, ensombrando, por momentos, o sucessor à coroa, D. Sancho...

De outra relação, provavelmente com D. Elvira Gualter, também ela dama da corte, foi D. Afonso Henriques pai de D. Pedro Afonso que, à semelhança do irmão ilegítimo, desempenhou importantes cargos na corte.

Estes dois filhos bastardos de D. Afonso Henriques, desde cedo reconhecidos pelo pai e pela corte como infantes de Portugal, foram a face visível do primeiro conflito fraternal da monarquia portuguesa — os bastardos contra o legítimo, D. Sancho I.

De Martinho a D. Sancho: um percurso conturbado

Sancho nasceu a 11 de Novembro de 1154 e não nasceu para ser rei¹⁰. Era o quinto filho de D. Afonso Henriques e D. Mafalda e era sete anos mais novo do que o filho primogénito do casal. Porém, a morte prematura de Henrique aos 8 anos mudou o destino de Martinho e logo se tornou claro que poderia ser o sucessor de D. Afonso Henriques. Contudo, Martinho não era nome de rei e foi nesse contexto que o seu nome foi alterado para Sancho.

A imagem de D. Sancho enquanto rei esteve durante muito tempo na sombra do reinado do seu pai. Considerado por alguns como um rei de passagem entre o fundador e D. Afonso II, D. Sancho foi um rei que se teve de afirmar enquanto tal, especialmente por ter estado durante muito tempo associado a D. Afonso Henriques, coadjuvando-o nos últimos anos do reinado.

Lutou contra os mouros, defendendo a fé cristã, e aproveitou estas oportunidades guerreiras e recontros militares — destaca-se, neste contexto, o assalto ao bairro de Triana, em 1178 — para afirmar o seu poder e prestígio face aos demais nobres.

Armado cavaleiro pelo próprio pai em Agosto de 1170 e chamado ao governo após o desastre de Badajoz¹¹, em Maio de 1169, o qual deixou o rei fundador incapacitado, D. Sancho precisou de se impor... no reino, face aos demais senhores, mas acima de tudo e principalmente em relação ao seu irmão bastardo, D. Fernando Afonso...

Fernando Afonso: o poderoso bastardo

Quinze anos mais velho do que D. Sancho, D. Fernando Afonso foi presença assídua e constante junto de D. Afonso Henriques. O rei seu pai nomeara-o alferes, um dos cargos mais importantes da corte e governo. Estava, assim, por dever e afeição, sempre junto ao pai. Como não encarar como ameaça a presença constante e o lugar de destaque de Fernando Afonso na corte?

Um receio fundamentado. Na verdade, à luz dos documentos, das acções e das nomeações, D. Fernando Afonso terá mesmo sido uma ameaça real para o irmão legítimo. O bastardo criado na corte, participou em actos militares, fortalecera os laços com o pai e, desde cedo, tornara-se no seu leal companheiro e conselheiro! A sua influência era tal que, logo a seguir a Badajoz, quase com 30 anos, foi chamado a ocupar o cargo de alferes, lugar que desempenhou até 1172-1173, altura em que novas mudanças se vão repercutir no seu papel e ambições de forma muito diferente, e que mais tarde levarão mesmo ao exílio voluntário e a uma morte ainda mal esclarecida¹².

Assim, para D. Sancho, ser armado cavaleiro pelo pai passava a ser uma forma de participação na realeza e um importante modo de afirmação em relação ao seu meio-irmão, D. Fernando Afonso, alferes do reino. O acto decorreu em Coimbra, a 15 de Agosto de 1170, dia da Ascensão de Santa Maria. De facto, entre Setembro de 1172 e Abril do ano seguinte, Fernando Afonso em vez de aparecer designado como até então, alferes de D. Afonso Henriques, passou a figurar como alferes de D. Sancho¹³, o que não só sugere a necessidade de afirmação de superioridade em relação ao irmão bastardo, como também a autonomia e domínio sobre os oficiais régios.

Teria D. Sancho receios quanto à sucessão? Na realidade, tratava-se da sucessão ao primeiro rei de Portugal, um cenário novo, não sendo ainda o sistema sucessório hereditário uma garantia. Talvez por tudo isso, D. Sancho afirmou-se de maneira mais consistente a partir de 1173, assumindo o estatuto de regente.

A afirmação de um príncipe

A nomeação de D. Sancho como regente de Portugal trouxe mudanças ao governo e à corte. Logo a partir de Setembro desse ano, Fernando Afonso deixou de aparecer nos documentos oficiais como alferes do reino, sendo substituído no cargo por Mem Gonçalves de Sousa.

O que provocou tão súbita substituição? O desaparecimento de D. Fernando Afonso da documentação régia parece surgir como consequência do exercício de humilhação a que D. Sancho sujeitou o irmão,

ao colocar sob a sua alçada directa todos os ofícios, o que se traduziu no seu afastamento, ao invés de domesticação. Próximo do pai, com um lugar de destaque na corte, com cargos relevantes, D. Fernando Afonso não aceitava que o irmão o desconsiderasse!

O afastamento confirmava a existência de ambições de D. Fernando ao trono de Portugal. Porém, se este distanciamento foi aparentemente definitivo no que toca à sucessão da coroa, não significou, contudo, o apagar da sua importância e papel no Portugal medieval...

A incessante busca de poder

Na verdade, D. Fernando Afonso partiu para a Europa onde visitou várias cortes. Integrou a Ordem dos Hospitalários, da qual foi mestre na jurisdição da Península Ibérica em 1198, levando a Roma o censo que D. Sancho I devia ao papa. Participou ainda na 4.^a cruzada, acabando por assumir o cargo de grão-mestre da Ordem do Hospital, construindo uma bem-sucedida carreira. Em 1206, demitiu-se do grão-mestrado do Hospital, resultante de desavenças com os restantes cavaleiros, e regressou a Portugal no ano seguinte, onde viria a ser assassinado por membros da Ordem do Hospital, no dia 20 de Fevereiro de 1207¹⁴.

São os próprios cronistas da Ordem que narram o episódio fatídico, dizendo que, ao regressar ao reino, D. Fernando Afonso foi envenenado «por gente sua». Outras fontes, nomeadamente o *Livro de Linhagens*, refere que o assassinato foi perpetrado por cavaleiros de Évora.

Porquê o regresso a Portugal ao fim destes anos? A saúde de D. Sancho I agravava-se. O seu filho e herdeiro, futuro Afonso II, era um infante doente, pelo que a luta pelo poder começava a instalar-se.

O retorno de D. Fernando Afonso à cena portuguesa era a reacção ao agravamento da saúde de D. Sancho I? Talvez. É possível que D. Fernando Afonso tivesse considerado que estavam finalmente criadas as condições para satisfazer a sua ambição de cingir a coroa de Portugal. Se assim foi, ou se assim foi interpretado o regresso do bastardo pelo monarca doente, poder-se-á explicar o porquê da urgência do seu assassinato. Praticado por cavaleiros da Ordem do Hospital ou por cavaleiros de Évora, o certo é que ambos estavam muito próximos a D. Sancho I e aos interesses régios...

Sepultado na Igreja de São João do Alporão, dos Hospitalários, em Santarém, reza o seu epitáfio:

«Quem quer que sejas tu, sujeito à morte, lê e chora. Sou o que tu serás, já fui o que tu és. Peço-te que rezes por mim.»¹⁵

Cumplicidades entre D. Sancho I e D. Pedro Afonso

A relação de D. Sancho I com o outro seu meio-irmão, D. Pedro Afonso, foi de natureza diferente. Alferes-mor desde 1179, optou D. Sancho por manter o irmão no cargo após chegar à dignidade real.

D. Pedro Afonso desempenhou este cargo durante mais de dez anos e a relação com o monarca deveria ser de alguma proximidade, já que foi ele o testamenteiro de D. Sancho I.

Acompanhou o pai, D. Afonso Henriques, na tomada de Santarém, representou o reino em missões diplomáticas, nomeadamente em França, onde conheceu S. Bernardo. Foi por sua influência que se estabeleceu a Ordem de Calatrava em Portugal, em Évora, sendo D. Pedro Afonso o primeiro grão-mestre da ordem. Acabou por se dedicar à vida monástica, entrando no Convento de Alcobaça.

1.1 Os filhos de D. Sancho: conspirações reais

D. Sancho I casou com D. Dulce de Aragão, irmã de Afonso II de Aragão, em 1174. Ao longo dos 24 anos que estiveram casados, nasceram onze filhos. Após a morte da rainha, D. Sancho I teve relações com, pelo menos, outras duas mulheres. Uma delas, Maria Pais Ribeira, conhecida por *Ribeirinha*¹⁶, com a sua pele branca e fulvos cabelos, cativara o rei. O papa Inocêncio III chamou-a mesmo de feiticeira pelo encantamento com que prendia D. Sancho I que todos os dias a visitava.

Outra foi Maria Aires de Fornelos. Destas relações — que se acreditam terem sido concomitantes — nasceram oito filhos. Um deles, como veremos, notabilizar-se-á no confronto contra o seu irmão, o rei legítimo, após a morte do pai.

Rei desde 6 de Dezembro de 1185, D. Sancho I faleceu nos últimos dias de Março de 1211. Enfrentou vários desafios ao longo do seu

reinado, nomeadamente na defesa e conquista de territórios contra os mouros. Quando morreu, a instabilidade do reino era visível. Lutas de facções, intrigas palacianas, mal-estar entre os súbditos. A iminência de uma guerra civil adivinhava-se. E a mesma tornou-se uma realidade pouco tempo depois de D. Afonso II subir ao trono...

Um rei isolado: D. Afonso II

Nascia a 23 de Abril de 1186 o infante D. Afonso, filho primogénito de D. Sancho I. Mas a alegria e o alívio que este nascimento trazia para a sucessão da monarquia rapidamente se esmoreceu; a criança tinha uma saúde fraca e inspirou sempre muitos cuidados. À medida que crescia, a preocupação acentuou-se: homem de compleição corpulenta, tinha grande dificuldade em movimentar-se. Esta debilidade física não é um pormenor de importância menor. Estará na base das disputas pelo poder de que falaremos e que visaram, como objectivo último, a deposição de um rei fraco e a entronização de um rei forte. E foi assim que, numa tão recente monarquia, as lutas fratricidas se fizeram sentir num reino pobre, em constantes batalhas de reconquista, em avanços e recuos territoriais, em campos devastados pela guerra, num povo onde grassava a fome, a doença e a pobreza.

Entronizado em 1211, após a morte do rei seu pai, D. Afonso II teve um curto reinado de doze anos e que não foi, de todo, pacífico.

Desde logo, D. Afonso II não aceitou as disposições testamentárias do seu pai que concedeu às filhas, Mafalda, Teresa e Sancha, importantes doações territoriais, que o rei entendia como uma ameaça à centralização do poder régio. Uma ameaça ao seu poder! Assim, os primeiros anos do seu reinado foram desde logo marcados por violentos conflitos internos com as irmãs¹⁷.

Teriam crescido juntos pacificamente? Como chegavam à idade adulta desavindos? Uma vez mais, o poder a ditar as relações, os equilíbrios... e as guerras. Como tomada de posição contra o novo rei e a favor das infantas, os seus dois irmãos legítimos, os infantes D. Pedro e D. Fernando abandonaram o reino.

O primeiro partiu para Leão, onde se encontrava já refugiada a irmã, D. Teresa. A partir daí atacou as fronteiras do reino, tendo

inclusivamente tomado algumas praças transmontanas, mas acabou por ser derrotado, ao passo que D. Fernando saiu do reino em 1211 para casar com D. Joana da Flandres, tornando-se conde da Flandres, não mais regressando.

D. Afonso II viu assim, desde logo, o seu poder ser contestado por aqueles que lhe eram mais próximos e cedo ficou isolado. Contudo, além dos conflitos graves com os irmãos, teve ainda de enfrentar o bastardo Martim Sanches, seu irmão, filho de D. Sancho I com Maria Aires de Fornelos.

Martim Sanches, o valente bastardo

Maria Aires, filha de Aires Nunes de Fornelos, foi mãe, além de Martim Sanches, de Urraca Sanches. Os filhos ilegítimos de D. Sancho I foram, ao que tudo indica, criados por Marinha Viegas, da importante família Riba Douro. Este dado não é de somenos relevância. Os filhos naturais eram criados pela mesma família que desde Afonso Henriques cuidavam da primeira infância dos infantes de Portugal. Filhos legítimos e ilegítimos entregues à mesma família que deles se encarregaria de cuidar. Diferentes estatutos, caminhos partilhados.

Martim Sanches, aquando do início do reinado do irmão, foi exilado para a corte de Leão. Assumiu-se vassalo do rei de Leão, Afonso IX, quebrando os laços com o rei de Portugal e foi investido no governo militar da Galiza, recebendo várias tenências em zonas fronteiriças, entre elas, a tenência de Límia, a qual recebeu em Março de 1218¹⁸.

Martim Sanches foi acumulando cada vez mais tenências em zonas limite entre os dois reinos, o que se traduziu num duro obstáculo para D. Afonso II e à política de centralização do poder régio que tentava impor. O meio-irmão era, cada vez mais, um símbolo da oposição ao monarca.

Homens de armas de D. Afonso II fizeram, pois, uma incursão pela tenência de Martim Sanches, incendiando e destruindo bens. O bastardo de D. Sancho I não se encontrava em Límia, mas rapidamente tomou conhecimento do sucedido. Martim Sanches mandou logo pedir ao rei a satisfação do agravo, a reparação dos prejuízos e danos resultantes¹⁹.